

## *Informe de Economía e Instituciones*

Departamento de Investigación “Francisco Valsecchi”. Programa de  
Desarrollo e Instituciones  
Año 9, N° 2, abril 2016

Este documento está disponible en la Biblioteca Digital de la Universidad Católica Argentina, repositorio institucional desarrollado por la Biblioteca Central “San Benito Abad”. Su objetivo es difundir y preservar la producción intelectual de la Institución.

La Biblioteca posee la autorización del autor para su divulgación en línea.

Cómo citar el documento:

Informe de Economía e Instituciones [en línea], Año 9 N° 2 (2016, abril). Universidad Católica Argentina. Facultad de Ciencias Económicas. Departamento de Investigación “Francisco Valsecchi”. Programa de Desarrollo e Instituciones. Disponible en:  
<http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/informe-economia-instituciones02-16.pdf> [Fecha de consulta:.....]



Departamento de Investigación "Francisco Valsecchi"  
Programa de Desarrollo e Instituciones

## INFORME DE ECONOMÍA E INSTITUCIONES

Año 9 – Número 2  
Abril de 2016

### Índice

**Resumen Ejecutivo**.....2

#### **Columnas:**

- **Uma situação tão negativa quanto inacreditável**  
María Antonieta del Tedesco.....3
- **¿Romperá Macri el pacto dirigenial de la decadencia Argentina?**  
Gerardo Sanchís Muñoz.....6
- **Tiempos de Despegue: Desarrollo Integral**  
José María Dagnino Pastore.....9

**Editor:** Dr. Marcelo F. Resico

**Asistente de Edición:** Facundo Ulivarri

**Email:** [programadei@uca.edu.ar](mailto:programadei@uca.edu.ar)

**Tel:** 4338-0649

*El contenido del presente informe es responsabilidad de sus autores y no compromete la opinión de la Universidad Católica Argentina, se autoriza su reproducción citando la fuente. Los autores ceden sus derechos, en forma no exclusiva, para que se incorpore la versión digital de los artículos al Repositorio Institucional de la Universidad Católica Argentina, o a otras bases de datos que se considere de relevancia académica.*

---

## Resumen Ejecutivo

---

El Informe de Economía e Instituciones cuenta con tres columnas que abordan cuestiones teóricas y de política económica relacionadas con la temática de la economía y las instituciones.

En la primera columna, ***Uma situação tão negativa quanto inacreditável (Una situación tan negativa como increíble)***, la columnista analiza la situación actual delicada de la política y economía brasilera, ante los distintos hechos sucedidos.

En la segunda columna, ***¿Romperá Macri el pacto dirigencial de la decadencia Argentina?***, el autor plantea como la corrupción ha hecho que la democracia se degrade en el neopatrimonialismo, donde los políticos elegidos terminan apropiándose del estado en nombre de terceros y para usufructo propio. En nuestro país esto se ha llevado a cabo a través de la usurpación de cargos públicos, pasando por arriba el requisito de idoneidad del art. 16 de la Constitución Argentina, además de los concursos, carreras y demás sistemas de mérito. Hoy en el nuevo gobierno existe el riesgo de caer en lo mismo debido a la gran cantidad de puestos que se deben reemplazar de funcionarios que llegaron de manera ilegítima por haber pertenecido a La Cámpora. Por otro lado el exceso de gente de la función privada podría significar que solo el éxito empresarial habilita para algo más complejo como la función pública, sin olvidar que se puede perder imparcialidad, dado que el sector privado es el que más debe controlar el estado, sumado a que varios empresarios suelen estar emparentados con los sectores neopatrimonialistas.

Por último en la tercera columna, ***Tiempos de Despegue: Desarrollo Integral***, el columnista menciona la etapa nueva que se vive en la política nacional como una nueva oportunidad de realizar aquella transformación estructural necesaria para encauzar los destinos del país. Los rasgos de esta transformación deben ser de integración, hacia fuera (inserción) y hacia adentro (desarrollo). Hoy en día el rol protagónico para el despegue del país corresponde al desarrollo, que posee tres líneas para su despegue: la estabilidad económica, la productividad y la inversión. Finalmente, hay que tener en cuenta que existen urgencias que es necesario tratar, las cuales son la erradicación de la pobreza y la educación.

---

## Columnas

---

### **Uma situação tão negativa quanto inacreditável**

*Por Maria Antonieta Del Tedesco Lins\**

As notícias que saem do Brasil para o mundo vêm se superando em seu caráter negativo mês a mês desde 2015. Primeiro foi a constatação de que a situação econômica estava muito mais deteriorada do que se deixou acreditar durante a campanha eleitoral de 2014, junto com a apresentação de um programa duro e inevitável de ajuste fiscal. Em seguida, como um movimento concatenado à piora nas expectativas sobre a economia e expressando a divisão do país ilustrada pelo resultado das eleições, o governo e a presidente da república foram vendo seu nível de rejeição aumentar de maneira meteórica.

Neste mesmo espaço apresentei mais de uma vez várias críticas à política econômica de Dilma Rousseff durante seu primeiro mandato. Penso que este talvez tenha sido seu 'crime' mais grave e certamente o detonador do quadro de crise que vive agora.

A explicação da atual crise econômica e política brasileira, um processo eminentemente doméstico, tem sido feita nos últimos meses de forma bastante simplificada pela mídia e por parte dos analistas. Um exemplo do tipo de síntese que se tem visto seria a leitura da crise como a expressão do esgotamento de um projeto de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, que se sustentou durante o período de bonança da economia internacional e que, ademais, estabeleceu uma rede de apoio político baseada em um esquema de corrupção. Ainda que contenha elementos do quadro político atual, é simplista demais analisar o momento nesta perspectiva!

Recuperando as peças do jogo, já completamente embaralhadas à medida que a crise se aprofunda, o processo de impedimento da presidente da república não está inicialmente vinculado ao grande caso de corrupção envolvendo a empresa estatal de petróleo, o mundo político e as grandes corporações. As investigações indicam não haver dúvida acerca da existência de esquemas de corrupção integrados pelo PT, bem como por muitos outros partidos e não apenas na esfera federal, mas também subnacional. No entanto, são esquemas semelhantes a outros revelados no passado e apenas parcialmente punidos, o que não significa que devam ser deixados impunes.

O que motiva o processo de impedimento da Presidente Dilma Rousseff em 2016 são procedimentos de gestão fiscal, alheios ao escândalo de corrupção e sobre os quais não há consenso na interpretação jurídica do dano à lei. A administração Rousseff está sendo julgada em uma ação originada por cidadãos que a consideram culpada pela crise. Em um sistema parlamentarista, seria normal por em questão a presidente nesta circunstância. Da forma como está

---

\* Doutora em Economia (Fundação Getulio Vargas-São Paulo), Economista (Universidade de São Paulo). Professora de Economia Internacional do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Brasil.

sendo conduzido o caso no Brasil, o processo dá margem para que se veja uma tentativa de golpe em curso.

É, então, pertinente perguntar: estivesse o país vivendo uma fase favorável na economia, teria se organizado este movimento, fortalecido pela imprensa, de convencimento nacional da inadequação da presidência da república?

Para além do mérito da transgressão da Lei de Responsabilidade Fiscal – cuja gravidade reconheço aqui –, está-se atentando contra as instituições democráticas do país. A presidente foi condenada antes de ser julgada por uma oposição que não aceitou o resultado das eleições de 2014. As contas da campanha foram julgadas sem problemas pelo Tribunal Superior Eleitoral, que agora é solicitado a reexaminá-las com outras lentes.

Curioso é o fato de que muitos dos parlamentares aptos a votar no processo de impedimento são eles também réus na Operação Lava-Jato, sendo o presidente da Câmara dos Deputados um dos mais implicados, em liberdade apenas como resultado de manobras regimentais para adiar de forma impressionante seu próprio julgamento pela Comissão de Ética daquela casa legislativa. Ou seja, um conjunto de indivíduos comprovadamente corruptos votando pelo fim do mandato de um chefe de governo eleito sobre quem não há acusação de corrupção formal (mais uma vez, sem querer minimizar a importância do compromisso fiscal e da correta gestão pública).

Em meio a um quadro tão conturbado, ações arbitrárias do judiciário enaltecidas por uma opinião pública em transe, reações extremas e temerárias do partido do governo em busca de salvação, levaram o país a viver momentos de inacreditável dramaticidade.

No que concerne à economia, o cenário segue sombrio. A leitura do fracasso do ajustamento no primeiro ano do segundo mandato de Rousseff deve obrigatoriamente incorporar o elemento político. O Congresso Nacional foi impermeável a apelos de apoio para aprovação de medidas para o ajuste fiscal. O principal partido de oposição, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), até mesmo votou contra uma medida criada no governo Fernando Henrique Cardoso que permite reduzir pressões sobre as despesas da previdência social. O próprio PT atuou contra o executivo ao se posicionar contrariamente a propostas do Ministro da Fazenda Joaquim Levy, um técnico com boas credenciais frente aos mercados, o que levou a sua queda. Com a demanda doméstica em retração, sem confiança e credibilidade, não há volta de investimentos. Como a própria palavra indica, um milagre seria algo ocorrido graças à intercorrência de fatores para além dos instrumentos diretamente utilizados para atingir uma meta. Na situação atual, nem foram postas em ação as ferramentas necessárias e muito menos se pode contar com um cenário favorável em termos de sustentação política para construção de credibilidade.

As perspectivas não são favoráveis para um novo governo, seja ele composto por quaisquer dos grupos políticos hoje em cena, seja um rearranjo do governo Dilma Rousseff. Não há alternativas no mundo político para compor um executivo e ainda menos um legislativo equilibrado e apto a enfrentar as reformas econômicas urgentes. Além disso, são poucas as opções de política

econômica para além da contenção fiscal e aumento de arrecadação por um período de tempo considerável.

A substituição da presidente não poderá garantir um choque de confiança por si só. A permanência dela no governo prolongaria a fase de instabilidade institucional, uma vez que se esfacelou a fraca base de sustentação parlamentar e sobrou pouco espaço para uma recomposição de apoios. Ao mesmo tempo, seja qual for a política sugerida por um novo governo a ser composto, ela deverá obrigatoriamente conter medidas de saneamento das contas públicas como elevação de impostos e corte de gastos, contra as quais estes parlamentares votaram durante o esforço de ajustamento governo Dilma.

A 'pseudo' euforia dos mercados financeiros com a saída da presidente, ilustrada nos últimos meses pela volatilidade da cotação do dólar e do índice da bolsa de valores, provavelmente logo sofrerá o ajuste ante à constatação de que a insólita composição do legislativo e seu descompromisso com o real rearranjo da economia pouco poderão contribuir para uma solução da crise em um horizonte curto de tempo.

Há algo positivo nesta história? Rapidamente consigo listar alguns pontos: embora estejam sendo assustadoramente atacadas, as instituições ainda estão presentes no país; mesmo terrivelmente influenciados por uma mídia unifocal, tudo indica que a aversão dos diferentes grupos sociais à corrupção chegou a níveis muito altos. Daí até haver espaço para uma profunda renovação política deve ser um caminho mais gradual, mas, ao que parece, já em curso.

## ¿Romperá Macri el pacto dirigencial de la decadencia argentina?

Por Gerardo Sanchís Muñoz

En diciembre del 2014 se reunieron algunos representantes de la dirigencia política, empresaria y social en la UCA, bajo el lema de "¿A dónde va la Argentina?". En ese ambiente académico, se planteó la necesidad de hacer explícita la causa del declive institucional argentino, como requisito indispensable para poder consensuar una estrategia de *re-institucionalización* de nuestra Nación. Allí se reconoció que el fenómeno que aqueja a la Argentina, y ya como un cáncer terminal, no es nuevo, y ha sido estudiado en el mundo. Y sin embargo, el diagnóstico es llamativamente ignorado en nuestro ámbito.

La democracia, que es administrar al estado en nombre de la voluntad del pueblo, puede degenerar en un sistema donde los políticos elegidos terminan apropiándose del Estado en nombre de terceros, o también para usufructo propio. Algunos lo llaman captura o colonización del estado, y otros *neopatrimonialismo*. Este concepto podría asociarse a una suerte de degradación de la "democracia delegativa" de Guillermo O'Donnell. Daron Acemoglu y Robinson, en su best-seller *Porque se desarrollan los países*<sup>1</sup> hablan de "instituciones extractivas", que impiden la prosperidad de la naciones.

*La democracia [...] puede degenerar en un sistema donde los políticos elegidos terminan apropiándose del Estado en nombre de terceros, o también para usufructo propio*

De distinta manera todos hablamos de lo mismo. Es el retorno a la forma pre democrática, absolutista, de ejercer el poder. Así, el poder político –gobierno- se apropia de las instituciones públicas –Estado-. Quebrar la alternancia, directamente o a través de familiares –nepotismo- no es entonces una debilidad circunstancial del político, sino un elemento constitutivo del sistema de captura. El objetivo central es construir poder permanente usufructuando del patrimonio público como si fuera propio. Por ello, Lambert y Dickson<sup>2</sup> también hablan de la "privatización del Estado", estudiando el caso paradigmático del Paraguay durante la era del dictador Stroessner. En su cariz extremo, están los regímenes feudales de algunas de nuestras provincias, dominados durante décadas por algunas mismas familias. Así empezó el planteo a la dirigencia en diciembre: muchos parecen satisfechos con nuestra democracia cuando en realidad subsiste con realidades locales retrógradas y primitivas, que son inadmisibles en el siglo XXI e incompatibles con cualquier ideal democrático.

*En nuestro país, la apropiación política de los recursos públicos se hace principalmente a través de la usurpación de los cargos públicos*

En nuestro país, la apropiación política de los recursos públicos se hace principalmente a través de la usurpación de los cargos públicos. Son instrumentos de control discrecional de recursos, y también de disciplinamiento social y político. Al nombrar a opositores o activistas sociales y a todas sus respectivas familias en cargos públicos, y al tener la discrecionalidad de poder disponer de ellos a su antojo, desaparece cualquier disenso del potencial opositor o rebelde. Los nombramientos masivos y el vaciamiento de oficinas públicas de las gestiones salientes no formaron parte de un lamentable exabrupto de fin de ciclo. Recordaron hasta que punto la captura neopatrimonial del Estado ya está "institucionalizada" en la Argentina. Hace cien años éramos

<sup>1</sup> ACEMOGLU, Daron and [James Robinson](#); Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty, Decker Edge(2012).

<sup>2</sup>NICKSON, Andrew and Lambert, Peter; State reform and the 'privatized state' in Paraguay, Public Administration and Development 22, 163–174 (2002).

uno de los países líderes. Hoy mostramos un nivel de impunidad en la colonización del Estado que sorprende incluso a países más pobres que nosotros de Latinoamérica.

El neopatrimonialismo se basa en internalizar la cultura que cualquiera pueda acceder a cualquier cargo, cosa lograda en la Argentina más que en ningún país. El requisito de Idoneidad del artículo 16 de la Constitución es ignorado por la dirigencia, y los concursos, carrera y demás sistemas de mérito parecen excentricidades que practican los países desarrollados. La víctima del sistema es la Función Pública, y sus atributos básicos de idoneidad: integridad, vocación de servicio público y competencia. La clave de la solución es, y no debiera ya de extrañar, *El requisito de Idoneidad del artículo 16 de la Constitución es ignorado por la dirigencia, y los concursos, carrera y demás sistemas de mérito parecen excentricidades que practican los países desarrollados* la revalorización de la persona humana y la recuperación de los valores fundamentales de convivencia, solidaridad y servicio. Los sistemas de gestión, las normas y los mecanismos de control ayudan a tener mejores funcionarios, pero los valores morales de las personas no son reemplazables, ni pueden compensarse. Los arreglos institucionales pueden mejorar la democracia, pero no sustituyen la necesidad de construir una dirigencia volcada genuinamente al Bien Común.

Ahora, se insiste en "profesionalizar" al Estado. Esto puede ser una trampa, porque la capacitación es políticamente neutra. Se puede "capacitar" incluso a personas no idóneas o venales. Por sobre la competencia está la imparcialidad de funcionario, basada en la autonomía y el respeto político a la función pública.

*El sistema de mérito importa no solamente porque selecciona a capaces, sino porque hace que personas idóneas deban su cargo únicamente a ellas mismas. Es el primer paso fundamental para que el funcionario decida en miras del interés general y de la ley, y no a cuenta y orden del padrino político.*

El reemplazo de cómplices del poder por funcionarios imparciales es el camino concreto hacia la institucionalidad. Rothstein y Torell<sup>3</sup> sostienen incluso que la imparcialidad de los funcionarios es la base de su previsibilidad, y ésta el fundamento de la seguridad jurídica, requisito indispensable del desarrollo económico moderno. Bajo este ángulo, el problema de la Argentina no es la falta de leyes o la anomia, sino de funcionarios que apliquen la normativa con imparcialidad.

Cuando el poder desprestigia, pauperiza y somete a la función pública, en el fondo está destruyendo la capacidad estatal de generar bienes públicos. Si el juez se subordina al poder ejecutivo no habrá justicia, si ser policía o gendarme es "un trabajo más", no se garantizará la seguridad, y si el maestro es un mero "trabajador de la educación" la educación sufrirá. La educación se degrada también desde la demanda: para progresar en un sistema neopatrimonial no se necesita tener estudios, basta con encontrar a un padrino. Que la mitad de los jóvenes argentinos complete el secundario, aparece así como dato positivo. Al colapsar la educación como igualador social, agrava la pérdida de igualdad de oportunidades (que nace de la igualdad de acceso al Estado y sus recursos), y se destruye así el ideal fundacional de la Nación Argentina.

Mauricio Macri y el PRO tienen la experiencia exitosa de Sturzenegger en el Banco Ciudad implementando un sistema meritocrático, y el esfuerzo vocacional

<sup>3</sup>ROTHSTEIN Jan, "What is Quality of Government", mimeo, 2005, Göteborg University.Bo, TEORELL,

---

por construir la Policía Metropolitana desde los valores auténticos de la función pública. En sus inicios, sin embargo, el PRO llevó sus colores partidarios a convertirse en los colores institucionales de la ciudad –confusión gobierno-Estado-, imitado luego por el naranja de Scioli. Usaron, como todos, los recursos públicos para sus campañas electorales.

En la actualidad, sus nuevas responsabilidades generan nuevos riesgos. La *podría arriesgarse la necesidad ineludible de reclutar a miles de* funcionarios *podría desembocar en el* *imparcialidad al nombrar* *reemplazo de la colonización ilegítima de La* *indiscriminadamente a individuos* *Cámpora por un ejército propio. La* *del sector privado, principal* *incorporación de empresarios supondría que* *sector que el Estado debe regular* *el éxito gerencial habilita per se a una*

función más compleja y delicada como es la función pública. También, *podría* arriesgarse la imparcialidad al nombrar indiscriminadamente a individuos del sector privado, principal sector que el Estado debe regular. Sin mencionar que demasiados empresarios son los grandes socios, cuando no promotores, de los políticos neopatrimonialistas.

Aunque estas son sólo conjeturas. Lo cierto, es que se abre una nueva y esperanzadora etapa. Acompaña mucha gente de buena voluntad que se toma en serio la institucionalidad. Macri ha construido con tezón su propia oportunidad histórica. Ahora, ¿se animará a emprender las transformaciones profundas que permitan revertir la declinación Argentina que lleva ya un siglo?

## Tiempos de despegue: Desarrollo integral

Por José María Dagnino Pastore

Desde hace tiempo Argentina sufría **crisis recurrentes**. No aprendíamos. No era coyuntural de la economía; era **estructural de la sociedad**.

En la vigencia de los rasgos que la definen - realización de valores, efectividad de instituciones, resultados de políticas - Argentina está en la mitad del *ranking* de países y en retroceso. Bien debajo de nuestra historia y potencial.

Peor en lo institucional y cultural. Lo más grave: la situación de la República (del Estado de Derecho), la inequidad e inseguridad<sup>4</sup>, y algunas políticas económicas.

### Rasgos de la transformación estructural

Una mirada al futuro indica rumbos para Argentina: aprovechar las oportunidades que ofrece el mundo (insertarnos, competir); aplicar nuestras fortalezas (riqueza natural y humana) y superar debilidades (grietas políticas y socio-económicas).

Esto requiere una **integración**, "necesaria" hacia afuera (inserción) y "esencial" hacia adentro (desarrollo), que nos cohesione.

a) La **inserción**. En los últimos dos siglos, desde las Revoluciones "liberadoras": norteamericana y francesa en lo político, industrial (Inglaterra) en lo económico, bajo sistemas "de mercado" con distintos grados de rol estatal, esto sucedió en el mundo: la población creció 6 veces, el PBI por habitante 10 veces, el PBI total 60 veces!; la pobreza bajó del 94% al 15% de la población. Restan problemas, y urgentes: el cuidado del planeta, 1.000 millones de pobres, excesos de poder.

Los resultados del sistema al cual insertarnos trazan un "decolaje" sin precedentes en la historia de la humanidad. Requiere adaptaciones, pero salir de él es un salto al vacío.

Ya no hay países-en sí-mismos; hay países en el mundo, cuyo mercado es 200 veces el argentino. La humanidad entra en una nueva era histórica, en alas del acelerado progreso científico y tecnológico, que incorpora por las TICS<sup>5</sup>. Es **compulsivo insertarse**.

b) El **desarrollo**. Elemento esencial del desarrollo es **el crecimiento económico**, que rápido y sostenido **transforma la sociedad**. China, creciendo al 7% anual: en 10 años su economía se duplicó; en 20 se cuadruplicó; en 30 fue 8 veces la inicial! Otro país, otra sociedad. Aunque el "derrame" del crecimiento al bienestar de toda la sociedad demore, facilita la necesaria política social. Permite dar a unos sin sacar a otros.

En Argentina, así como la falta de representación política de la masa de inmigrantes dio origen al radicalismo, y la de la masa de trabajadores al justicialismo, desde los 80 se ha formado una masa de excluidos, que abarca nuevos inmigrantes (1 por cada 2 de nuevos nativos), atendida parcialmente desde el gobierno, pero aún lejos de su **inclusión social**. Esta brecha subyace la grieta política que nos afecta.

<sup>4</sup> Hay unos 30 países más pobres pero más seguros.

<sup>5</sup> Tecnologías de información y comunicación.

## Procesamiento de la transformación estructural

En la Argentina de hoy el rol protagónico para salir de la inercia y avanzar en la integración corresponde al desarrollo. Hay tres líneas de acción hacia el "despegue" y ascenso económico sostenido.

a) La **estabilidad económica**. Sin nuestras sucesivas crisis el ritmo de crecimiento del PBI hubiera sido, en vez de un ~ 2%, un ~4% anual. El PBI se duplicaría en 15 años; hoy lo hace en más de 30 años. La causa directa es el aumento desmedido del gasto público corriente con atraso cambiario. La indirecta es que los gobiernos toman los beneficios inmediatos de ese gasto y pasan los costos mediatos del "ajuste" a los gobiernos que siguen.

Para el control del gasto público corriente el **fortalecimiento de los instrumentos republicanos** (justicia independiente, libertad de expresión e información, federalismo efectivo, respeto a la sociedad civil), necesario, no es alcanzable en breve plazo. Se requiere(n) acuerdo(s) político(s).

b) La **productividad**. Un aumento de productividad es un salto en la producción que no proviene del aumento de la cantidad y/o calidad de los factores (capital, mano de obra). Ocurre por mejor uso (comercio exterior, aplicación sectorial o territorial, eficiencia) de los factores existentes y/o mejor tecnología. Vender lo que nos cuesta poco producir y comprar lo que nos cuesta mucho. Invertir, defendiendo nuestros recursos, donde la rentabilidad social sea mayor.

*Estamos en el 10% de países con menor libertad económica, incluyendo la de comerciar. La solución pasa por una **redefinición de las funciones del Estado***

En el mundo la PTF<sup>6</sup> sube, en Argentina cae y la productividad laboral está estancada hace 30 años. Causa principal es el muy excesivo intervencionismo estatal, fuente de enormes y costosas distorsiones y otros males. Estamos en el 10% de países con menor libertad económica, incluyendo la de comerciar. La solución pasa por una **redefinición de las funciones del Estado**. Más fuerte en planificación y control. Menos ejecutor e interventor, donde es más débil. Y mucho menos dispendioso. Esto toca intereses de corporaciones de poder. Es(son) necesario(s) acuerdo(s) político(s).

c) La **inversión**. En países asiáticos de rápido crecimiento la inversión supera el 30% del PBI; en Argentina es 18%. Chile recibe del exterior tres veces más inversión directa que nosotros. Nuestro sector público des-ahorra más del 7% del PBI e invierte poco. La huida de capitales al exterior rondaría 300 mil millones de dólares.

*La baja inversión pública se debe al excesivo gasto corriente.[...] La insuficiente inversión privada, a la incertidumbre acerca de las reglas de juego*

La baja inversión pública se debe al excesivo gasto corriente: en este milenio el gasto público pasó de un 25% a más del 40% del PBI. La insuficiente inversión privada, a la incertidumbre acerca de las reglas de juego. Y a una presión impositiva agobiante para algunos sectores y para contribuyentes cumplidores.

Los acuerdos políticos para revertir este aspecto clave pasan de nuevo por el **fortalecimiento de los instrumentos republicanos** para dar previsibilidad, que rebaja el costo de conseguir inversiones reales, y **disminuir el gasto público corriente**. En 12 años la cantidad de empleados públicos subió de 2,8 a 4,2 millones. La reducción "natural" (si no se toman nuevos) es de unos 160 mil por año.

<sup>6</sup> Productividad total de los factores.

El crecimiento económico por sí solo no da a tiempo solución a las urgencias y exclusión sociales, esenciales para nuestra integración. Hay dos líneas de acción para alcanzarlas.

d) La **erradicación de la pobreza**. En Argentina hay más de 5% (¡2 millones!) de indigentes - la vasta mayoría en villas y asentamientos -y más de 25% de pobres.

En el corto plazo, es imperativo apuntar a indigencia 0 y reducción de la pobreza. Mejor asistencia, servicios (capacitación básica) e infraestructura. Pero esto es calmante de efectos, no cura de causas.

**No hay solución permanente sin aumento sostenido de la ocupación formal**, que remite a la necesidad de crecer y a una educación inclusiva.

Pero el **clientelismo no es inclusión**, es dependencia. Esencial librar esta batalla en base a un acuerdo político.

*No hay solución permanente sin aumento sostenido de la ocupación formal, que remite a la necesidad de crecer y a una educación inclusiva. Pero el clientelismo no es inclusión, es dependencia.*

e) La **educación, nuestro futuro**. La palanca para despegar es la inversión física productiva: plantas, equipos, caminos, puertos,... Pero el motor para

*El motor para seguir remontando vuelo es la educación. De la riqueza del mundo sólo el 6% es "natural", un 18% es "producida" y el 76% es "intangible".*

seguir remontando vuelo es la educación. De la riqueza del mundo sólo el 6% es "natural" - suelos, subsuelos, mares,... Un 18% es "producida", la acumulación de inversiones físicas. El 76% es "intangible".

Nuestra capacidad para hacer funcionar esos capitales, para crear y aplicar nuevos conocimientos; está en nuestros cerebros, sistemas, *know how*,.... **Quienes no se educan** para participar en este mundo del conocimiento **se alienan del progreso**.

En evaluaciones internacionales de conocimientos de los alumnos Argentina está en el 10% peor, sin reacción. La deserción es alta. Nuestras universidades no destacan en *rankings*. Mientras, en este milenio los demás sectores llegaron a transferir a la educación pública un 3% del PBI (¡~12.000 millones de dólares!) anuales.

Aunque los efectos tarden, se impone **relanzar ya la educación hacia la calidad y la inclusión**. Corresponde al sector devolver con resultados el esfuerzo de la sociedad. Hace(n) falta acuerdo(s) político(s) para **alinearse a su dirigencia** - tecnocracia, gremios - hacia esos logros.

Este puñado de lineamientos y propuestas - no miríadas de políticas de Estado, tarea de especialistas -, si conocidas no aplicadas en el pasado, que van a las causas profundas de nuestros problemas, exigen acuerdos políticos para destrabarlas.

Son el puente para transitar de la superación de los engorrosos problemas de la coyuntura a un desarrollo económico y social que, para ser sostenido, debe cimentarse en la reconstrucción política en curso.